

ESPIONAGEM OFICIAL

Abin usou programa secreto para monitorar alvos a partir de celular

DIMITRIUS DANTAS, PATRIK CAMPÓREZ E THIAGO BRONZATTO
patric@oglobo.com.br
media

Durante os três primeiros anos do governo Bolsonaro, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) operou um sistema secreto de monitoramento da localização de cidadãos em todo o território nacional, segundo documentos obtidos pelo GLOBO e relatos de servidores. A ferramenta permitia, sem qualquer protocolo oficial, monitorar os passos de até 10 mil proprietários de celulares a cada 12 meses. Para isso, bastava digitar o número de um contato telefônico no programa e acompanhar num mapa a última localização conhecida do dono do aparelho. A prática suscitou questionamentos entre os próprios integrantes do órgão, pois a agência não possui autorização legal para acessar dados privados. O caso motivou a abertura de investigação interna e, para especialistas, a vigilância pode ainda violar o direito à privacidade. Procurada, a Abin disse que o sigilo contratual impede de comentar.

A ferramenta, chamada "FirstMile", ofereceu à agência de inteligência a possibilidade de identificar a localização de aparelhos que utilizam as redes 2G, 3G e 4G. Desenvolvido pela empresa israelense Cognynte (ex-Verint), o programa permitia rastrear o paradeiro de uma pessoa a partir de dados transferidos de torres de telecomunicações instaladas em diferentes regiões. Com base no fluxo dessas informações, o sistema oferecia a possibilidade de acessar o histórico de deslocamentos e até criar "alertas em tempo real" de movimentações de um alvo em diferentes endereços.

A agência comprou o software por R\$ 5,7 milhões, com dispensa de licitação, no fim de 2018, ainda na gestão de Michel Temer. A ferramenta foi utilizada ao longo do governo Bolsonaro até meados de 2021.

Integrantes da Abin relatam que o mecanismo era usado sem a necessidade de registros sobre quais pesqui-



Dados privados. Fachada do prédio da Agência Brasileira de Inteligência, em Brasília: órgão operou sistema de monitoramento de localização no governo Bolsonaro

PASSOS VIGIADOS

Abin utilizou programa secreto para monitorar deslocamentos



QUEM ERA ALVO

- É possível fazer a consulta de até 10 mil donos de celulares a cada 12 meses.
- Segundo um integrante, a agência utilizava a ferramenta para monitorar alvos alegando ser casos de "segurança de estado".
- Houve relatos de utilização contra os próprios agentes.

QUESTIONAMENTOS

- A prática suscitou questões entre os próprios integrantes do órgão, que não tem autorização legal para acessar dados privados. O caso se tornou alvo de investigação interna.
- Para o advogado Christian Perrone, a falta de parâmetro legal para a Abin comprar e utilizar esse programa dá margem a questionamentos sobre a violação do direito à privacidade e intimidade.
- Para Denilson Pacheco, pós-doutor em Ciência da Informação, três direitos foram violados neste caso: o direito à vida privada, à intimidade e à liberdade de locomoção.

Editoria de Arte

sas eram realizadas. Na prática, qualquer celular poderia ser monitorado pelo programa sem uma justificativa oficial. A utilização da ferramenta gerou questionamentos internos no órgão, inclusive com relatos de sua utilização contra os próprios agentes. A polêmica resultou em um procedimento interno para apurar os critérios de utilização e a regularidade da contratação dessa tecnologia de espionagem. Um integrante do alto escalão do

Abin afirmou ao GLOBO, sob a condição de anonimato, que o sistema era operado sob a justificativa de haver um "limbo legal". Ou seja, como o acesso a metadados do celular não está expressamente proibido na lei brasileira, a agência opera a ferramenta alegando serem casos de "segurança de Estado" — e, portanto, não estava quebrando o sigilo telefônico. O problema, segundo esse oficial de inteligência, era que o programa podia ser gerenciado "sem controle" e não era possível saber se foram feitos acessos indevidos. O uso da ferramenta chegou

gresso ouvidos pelo GLOBO questionam a utilização desse tipo de serviço pela Abin. A lei que regula a agência, de 1999, não prevê entre suas atividades o monitoramento de celulares nem a vigilância da geolocalização de determinados alvos.

— Nesse caso, há três direitos frontalmente violados: o direito à vida privada, à intimidade e à liberdade de locomoção. E não só. A vida do cidadão está em risco quando a geolocalização é feita de maneira indiscriminada — diz Denilson Feitoza Pacheco, presidente da Associação Internacional para Estudos de Segurança e Inteligência (Inasis).

Para o advogado Christian Perrone, diretor de Direito e GovTech do Instituto de Tecnologia e Sociedade, a falta de parâmetro legal para a Abin comprar e utilizar o programa dá margem a questionamentos sobre a violação do direito à privacidade e intimidade:

— A própria contratação sem ter um instrumento normativo sobre os padrões de utilização já entraria na linha tênue de ser ilegal, mas a sua utilização gera ainda mais preocupação: na lógica constitucional, se temos direito à privacidade e intimidade, ela só pode ser impactada por uma justificativa de interesse público que seja robusta.

"GEOLOCALIZAÇÃO REMOTA"

Do ponto de vista legal, a fiscalização sobre as atividades da Abin cabe ao Poder Legislativo por meio da CCAI. Segundo o senador Esperidião Amin (PP-SC), ex-presidente da comissão, o tema revela a necessidade de atualização do sistema de inteligência.

— Precisamos nos preocupar com a defesa do cidadão. Esse é o aspecto que pode surgir com esses programas a pretexto de defender segurança e infraestrutura — afirmou.

Procurado, o ex-chefe da Abin Alexandre Ramagem, eleito deputado federal com o apoio de Bolsonaro, não quis dar detalhes da utilização do serviço sob a sua gestão:

— Isso é com a Abin. Tem contrato, tem tudo. A contratação está toda regular. Se tiver algum questionamento, tem que fazer à Abin.

A Abin, porém, não forneceu informações sobre o caso. Procurada, a empresa responsável pelo programa afirmou que não poderia comentar por questão de sigilo contratual. Em um registro na Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (Abimde), a companhia diz que presta uma série de serviços de inteligência como, por exemplo, o de "geolocalização celular remota" e de "inteligência na dark web".

A fabricante da ferramenta foi representada no Brasil por Caio Cruz, filho do general Santos Cruz, ex-ministro de Bolsonaro. Caio Cruz não deu detalhes da contratação, alegando sigilo.

Ex-chefe da Abin. Ramagem, hoje deputado federal: proximidade com a família Bolsonaro



WALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL (21/01/2023)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política Pagina: 4